

Justiça

## Todos os tribunais de primeira instância com gravação digital

O Governo antecipou em cerca de um ano e meio a utilização alargada da gravação digital às cerca de 760 salas de audiência dos tribunais de primeira instância, em substituição dos obsoletos gravadores de cassetes.

Em Setembro de 2006 começou a ser instalada a gravação digital em 30 salas de tribunais, tendo a experiência começado no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa.

O secretário de Estado adjunto e da Justiça, José Conde Rodrigues, disse à Agência Lusa que **«o alargamento da gravação digital a todas as salas de audiência de primeira instância constitui um progresso enorme para o tribunais e para o sistema de Justiça»**.

A instalação em série da aplicação começou em Janeiro de 2007 e estava prevista terminar em finais do próximo ano.

Numa fase inicial foram investidos 230 mil euros, depois a Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) desenvolveu o Habilus Media Studio sem qualquer custo.

**«O desenvolvimento desta aplicação permitiu uma maior rapidez na instalação do software e neste momento 97 por cento das salas de audiência estão equipadas»**, afirmou Conde Rodrigues à Lusa.

Segundo o Ministério da Justiça (MJ), esta aplicação garante um sistema mais fiável que a tradicional cassete, uma diminuição de custos, mais segurança e uniformização de sistemas.

No futuro, está prevista a possibilidade de se proceder à gravação de imagem.

**«Esta solução é mais barata, segura, eficaz, evita problemas que deram origem a repetições de julgamentos e coloca Portugal na primeira linha dos países europeus com soluções mais modernas na área da Justiça»**, afirmou o secretário de Estado.

O MJ revelou que em 2007 e 2008 foram adquiridas 131.393 cassetes, num custo total de 55.786 euros.

A redução de custos decorre do facto de um DVD custar ao Ministério da Justiça em média quatro centimos contra os 51 centimos do preço das cassetes.

Também recentemente o MJ adquiriu 6.400 computadores, que serão afectos a tribunais, à Polícia Judiciária e aos registos e notariado, num investimento de cerca de 2,9 milhões de euros.

**«Desde o início da legislatura (Abril de 2005) conseguimos substituir 70 por cento dos computadores e actualmente praticamente todos os grandes tribunais do país têm novos equipamentos»**, revelou Conde Rodrigues, acrescentando que o Governo prevê substituir todos os equipamentos **«até ao final de 2009»**, o que significa um investimento global de **«cerca de 20 milhões de euros»**.

O novo material informático vai começar a ser instalado nos serviços já durante este mês.

Ainda no âmbito de uma **«mudança de rosto do sistema de Justiça»** está prevista a digitalização dos processos existentes nas três comarcas-piloto do novo mapa judiciário, que entra em funcionamento em Janeiro de 2009.

**«Nas três comarcas experimentais do mapa judiciário, que representam 10 por cento dos processos existentes, está prevista a digitalização de todo o acervo»**, disse Conde Rodrigues.

**«Paulatinamente está a mudar-se o rosto do sistema de Justiça»**, acrescentou.

O novo mapa judiciário prevê a conversão das 231 comarcas actualmente existentes em 39 circunscrições ou tribunais regionais, divididos por cinco distritos judiciais.

A conversão irá iniciar-se com uma experiência-piloto em três das futuras circunscrições: Baixo Vouga, Lisboa-Sintra e Alentejo Litoral.

Lusa / SOL / 2008.08.03